

- 1.000 questões gabaritadas;
- De acordo com o Edital nº 01/2026, para o cargo de Agente de Apoio;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA
MP-ES

AGENTE DE APOIO

Língua Portuguesa
Raciocínio Lógico-matemático
Legislação e Código de Ética do
Ministério Público do Estado do
Espírito Santo

Noções de Direito Constitucional
Noções de Direito Administrativo
Noções de Administração e de
Administração Pública

1.000

QUESTÕES PARA A

MP-ES

AGENTE DE APOIO

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso Ministério Público do Espírito Santo - MP-ES, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca FGV, contratada para a realização do certame, para o cargo de Agente de Apoio, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 1, de 2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.


**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**


- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**


QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ ARTIGO	13
→ SUBSTANTIVO	14
→ ADJETIVO	14
→ ADVÉRBIO	16
→ PREPOSIÇÃO.....	17
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	17
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	18
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	18
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	19
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	20
→ ORAÇÕES COORDENADAS	21
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	22
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	23
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	24
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	26
→ CRASE.....	27
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	28
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	29
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	35
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	38
→ GABARITO 	39
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	43
→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	43
→ PROPRIEDADES DAS MEDIDAS DE POSIÇÃO (MÉDIA, MODA E QUANTIS).....	43
→ MÉDIA PONDERADA	44
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA	44


→ MODA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	45
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC).....	45
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	45
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	45
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	46
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	46
→ PORCENTAGEM.....	47
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	49
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	52
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS.	53
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	53
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	54
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	54
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	56
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	57
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO	60
→ ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO.....	60
→ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	60
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	60
→ GABARITO 	62

LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO65

→ DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADUAL E DISTRITAL - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	65
→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	65
→ DIREITO DIGITAL - DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	68
→ DIREITO DIGITAL - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 A 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	69
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES (ART. 14 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	71
→ DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS (ARTS. 15 A 16 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	72
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	73
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 A 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	73
→ GABARITO 	74


NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL75

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	75
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	76
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	80

→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	81
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	82
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	83
→ PERDA DA NACIONALIDADE	84
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	85
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	86
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	87
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	89
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	90
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	91
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	93
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	95
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	96
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	97
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	98
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	100
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	100
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	100
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	102
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	103
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	104
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	105
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	105
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO)	106
→ GABARITO 	106


NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 109

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	109
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	109
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	112
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	115
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	115
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	115
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	116
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	117
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	118
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	120
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	120
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	122

→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	124
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	127
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	130
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990)	131
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	131
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	132
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	133
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	135
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	137
→ GABARITO 	138

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA141

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - PATRIMONIALISMO NO BRASIL	141
→ A REFORMA BUROCRÁTICA NO BRASIL.....	141
→ A REFORMA GERENCIAL NO BRASIL.....	142
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	143
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	145
→ INTENÇÃO ESTRATÉGICA OU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	148
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL - MATRIZ SWOT	149
→ MATRIZ GUT.....	150
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	151
→ PLANEJAMENTO BASEADO EM CENÁRIOS.....	152
→ INDICADORES DE DESEMPENHO	153
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	154
→ PLANEJAMENTO TÁTICO	155
→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	156
→ PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA NO SETOR PÚBLICO.....	156
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	157
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	159
→ REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS (OSM).....	161
→ ARRANJO FÍSICO OU LAYOUT (OSM)	161
→ FORMULÁRIOS E MANUAIS ADMINISTRATIVOS	162
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	162
→ LIDERANÇA	163
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	164
→ INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	166
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	166
→ ARQUIVOLOGIA - CONCEITOS, OBJETIVOS E EVOLUÇÃO DA FUNÇÃO DE AVALIAÇÃO	167
→ TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS.....	168

→ PROTOCOLO E SUAS ATIVIDADES.....	168
→ PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS (AUTUAÇÃO, APENSAÇÃO, DESENTRANHAMENTO, JUNTADA ETC.).....	169
→ SECRETARIADO E TAQUIGRAFIA - ATENDIMENTO POR TELEFONE.....	169
→ GABARITO 	170

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (FGV – 2025) Assinale a palavra que mostra **erro** de grafia.

- a) analisar.
- b) excesso.
- c) exceção.
- d) gaz.
- e) querosene.

2. (FGV – 2025) A palavra abaixo que mostra uma correta grafia é:

- a) duqueza.
- b) frieza.
- c) empreza.
- d) despeza.
- e) princeza.

3. (FGV – 2025) A única palavra de grafia correta entre as que aparecem abaixo é:

- a) estrupo.
- b) buginganga.
- c) depedrar.
- d) companhia.
- e) muçulmano.

4. (FGV – 2025) Assinale a opção que apresenta a palavra que se escreve com Z e não com S.

- a) Analisar.
- b) Casamento.
- c) Asarado.
- d) Atrás.
- e) Coisa.

5. (FGV – 2025) Entre as frases abaixo, assinale aquela que mostra uma grafia correta no que diz respeito às letras CH ou X.

- a) O crítico é um cocho que ensina a correr.
- b) As frutas eram colocadas num caichote.
- c) Uma boa escrita imita a arte das lavadeiras. Carece de bater na pedra e enchugar o pano.
- d) Atrás de um cachimbo tem sempre um inglês.
- e) Em termos de futebol, era um pechote.

6. (FGV – 2025) Em cada frase a seguir, há uma palavra destacada. Assinale a alternativa que indica a frase em que essa palavra está grafada corretamente.

- a) Todo francês, com raras **excessões**, tem um pedacinho de cabeleireiro.
- b) Todo francês tem um pedacinho de **cabelereiro**.
- c) Nunca voltei desse restaurante sem **disenteria**.
- d) O garçom trouxe os drinques numa **bandeija** de prata.
- e) Ela sempre foi **distaque** na avenida.

7. (FGV – 2024) Leia a charge a seguir.



(Adaptado de ARIONAURO CARTUNS - Blog do Cartunista Arionau: Charge Poluição Lixo no Rio)

Assinale a alternativa que indica a palavra escrita **erradamente** nessa charge.

- a) joguem.
- b) lixo.
- c) beira.
- d) rio.
- e) poluissão.

8. (FGV – 2024) Assinale a palavra abaixo que deveria ser escrita com J e não com G.

- a) Gênio.
- b) Engenho.
- c) Geito.
- d) Gelo.
- e) Gesto.

→ ACENTUAÇÃO

9. (FGV – 2025) Assinale a opção que mostra dois vocábulos com possibilidade de dupla pronúncia (os vocábulos estão propositalmente sem acento gráfico).

- a) crisantemo / hieroglifo.
- b) projétil / antifrase.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (FGV – 2026) Sabe-se que se cada um dos dados numéricos de uma distribuição é menor ou igual a M , então a média aritmética dos dados da distribuição é menor, ou igual, a M .

Ou seja, se a média aritmética dos dados numéricos de uma distribuição é maior que 7, então

- a) cada um dos dados da distribuição é maior que 7.
- b) nenhum dos dados da distribuição é maior que 7.
- c) algum dos dados da distribuição é maior que 7.
- d) algum dos dados da distribuição é menor que 7.
- e) todos os dados da distribuição são iguais a 7.

2. (FGV – 2025) A média das idades de um grupo de 11 pessoas é igual a 38,4. Se a esse grupo se junta uma pessoa que tem 54 anos de idade, a média das idades desse novo grupo é então igual a

- a) 38,7.
- b) 39,1.
- c) 39,5.
- d) 39,7.
- e) 40,1.

3. (FGV – 2025) Em um conjunto de 6 registros numéricos, a mediana é 7,0. Sabe-se que a média aritmética dos 4 menores é 6,5 e a média aritmética dos 4 maiores é 7,75.

A média aritmética dos 6 registros

- a) é menor que 7,0.
- b) é igual a 7,0.
- c) é maior que 7,0 e menor que 7,1.
- d) é maior que 7,1 e menor que 7,2.
- e) é igual a 7,2.

4. (FGV – 2025) A média aritmética de 5 números é 6,0. Um sexto número é incluído no conjunto, fazendo com que a média dos 6 valores seja 7,0.

É correto concluir que o número incluído foi o

- a) 6.
- b) 7.
- c) 10.
- d) 11.
- e) 12.

5. (FGV – 2024) A tabela abaixo mostra o número de gols marcados e o número de jogos disputados por cada jogador de uma equipe de futebol em um campeonato.

JOGADOR	GOLS MARCADOS	JOGOS DISPUTADOS
Cacá	5	10
Zeze	4	9
Mané	4	8
Maloca	8	7
Joca	7	10
Lola	2	5
Teco	1	10

No total, a equipe disputou 10 jogos. Os jogadores que não marcaram gol algum não aparecem na tabela. A média de gols marcados por jogo por essa equipe foi:

- a) 3,0
- b) 3,1
- c) 3,2
- d) 3,3
- e) 3,4

→ PROPRIEDADES DAS MEDIDAS DE POSIÇÃO (MÉDIA, MODA E QUANTIS)

6. (FGV – 2025) Uma amostra atual de 40 idades resulta numa média de 32 anos, numa mediana de 39 anos e num desvio padrão de 4 anos.

Daqui a 8 anos, os novos valores da média, da mediana e do desvio padrão das idades desse mesmo grupo de pessoas serão, respectivamente, iguais a:

- a) 48, 47 e 16.
- b) 46, 48 e 16.
- c) 48, 47 e 4.
- d) 48, 47 e 12.
- e) 46, 46 e 20.

LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

→ DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADUAL E DISTRITAL - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. (FGV – 2025) João está estudando para concurso público no âmbito do Estado do Espírito Santo, razão pela qual decidiu verificar as normas relativas aos agentes públicos constantes da Constituição do Estado do Espírito Santo. Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- a) com relação ao exercício de mandato eletivo, o servidor público estadual que for investido no cargo de prefeito ficará afastado daquela função, sendo proibida a opção pelos vencimentos de seu cargo;
- b) não há vedação quanto ao servidor público servir sob direção imediata de cônjuge ou companheiro até terceiro grau, nem em relação a nomeações que configurem reciprocidades por nomeações;
- c) é assegurada a participação dos servidores públicos nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais, salariais ou previdenciários sejam objeto de discussão e de deliberação;
- d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público devem ser computados e poderão ser acumulados, para fins de concessão de acréscimos remuneratórios ulteriores, observados os limites estabelecidos quanto à remuneração;
- e) é vedada a divulgação de gastos com pessoal da Administração Pública direta e indireta dos estados e municípios, notadamente em relação à disponibilização de nomes, cargos/funções dos agentes públicos e dos valores por eles recebidos.

→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)

2. (FGV – 2026) A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de privacidade, liberdade e o livre desenvolvimento da personalidade, ao mesmo tempo em que tem por fundamento o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação. Portanto, a inovação tecnológica deve estar em harmonia com a proteção de dados pessoais.

A LGPD estabelece que o controlador deverá fornecer informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.

Esse preceito da LGPD está relacionado à explicabilidade na inteligência artificial (IA), que se refere:

- a) à propriedade de um sistema de IA que permite suposições confiáveis pelas partes interessadas sobre a saída;
- b) a redes neurais de aprendizado profundo serem pouco complexas e facilitarem a explicação significativa de como o sistema chega uma decisão;
- c) a algoritmos baseados em regras, como métodos simbólicos ou árvores de decisão, que são muito complexos e contêm regras que precisam ser detalhadamente explicadas;
- d) à suscetibilidade dos seres humanos a confiar em uma decisão automatizada, especialmente quando a decisão é de alguma forma adversa a eles em nível pessoal;
- e) à propriedade de um sistema de IA, que permite que fatores importantes que influenciam uma decisão possam ser expressos de uma maneira que os humanos possam entender.

3. (FGV – 2026) A analista Katy está preparando um conjunto de dados para ser utilizado no treinamento de um modelo de inteligência artificial. A fonte dos dados possui informações pessoais.

Para estar em conformidade com a LGPD, Katy deve remover informações pessoais identificáveis antes do uso em treinamentos de modelos por meio de:

- a) anonimização;
- b) transparência;
- c) explicabilidade;
- d) consentimento;
- e) vieses algorítmicos.

4. (FGV – 2025) Dados institucionais dizem respeito a qualquer informação de fatos ou material que possam ser utilizados no intuito de subsidiar a tomada de decisão. O seu armazenamento é fundamental para a manutenção da segurança institucionais.

A este respeito, analise as afirmativas a seguir.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

1. (FGV – 2026) Melissa, discente do curso de Direito, interessada em aprofundar sua compreensão acerca das normas e princípios consagrados no texto constitucional, passou a examiná-los minuciosamente, deparando-se com o tema relativo aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Nessa conjuntura, à luz das disposições da Constituição Federal, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- a) a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- b) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- c) a repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) a prevalência dos direitos humanos.
- e) o pluralismo político.

2. (FGV – 2025) Após amplos estudos realizados pelo Ministério competente, foi sugerido ao Presidente da República a apresentação de projeto de lei estabelecendo uma política pública especificamente direcionada a duas regiões do país, fundada em níveis de desenvolvimento humano, o que redundaria em direcionamento diferenciado de recursos e tratamento mais favorecido, quando cotejado com aquele dispensado às demais regiões.

O presidente do partido político Alfa, que tem grande penetração nas regiões preteridas, solicitou que sua assessoria analisasse a sua compatibilidade com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

A assessoria esclareceu corretamente que a proposta

- a) não possui conformidade constitucional por destoar do objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional.
- b) deve ser veiculada por meio de emenda constitucional, de modo a excepcionar a exigência de tratamento igualitário entre os entes federativos.
- c) afronta a concepção de igualdade formal que deve reger o Estado de Direito, legitimando distinções de caráter arbitrário que buscarão amparo no subjetivismo do gestor.
- d) é expressamente vedada pela ordem constitucional, que exige uniformidade das políticas públicas promovidas por cada ente federativo no interior do seu território.
- e) se ajusta ao objetivo fundamental de reduzir as desigualdades sociais e regionais, ainda que redunde em tratamento inicial distinto entre as regiões do país.

3. (FGV – 2025) A República Federativa do Brasil tem as suas relações internacionais regidas por princípios listados na Constituição Federal.

Entre esses princípios se encontra:

- a) A concessão de asilo político.
- b) O repúdio à misoginia.
- c) O combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.
- d) A preservação das fronteiras nacionais.
- e) A defesa do livre comércio.

4. (FGV – 2025) O preâmbulo da Constituição Federal estabelece que: “nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a

- a) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- b) solução pacífica dos conflitos.
- c) não intervenção.
- d) defesa da paz.
- e) soberania.

5. (FGV – 2025) Assinale a afirmativa que apresenta corretamente um princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

- a) Independência nacional e prevalência dos interesses do país na condução de sua política externa.
- b) Intervenção em conflitos bélicos assimétricos com o objetivo de assegurar a paz e a proporcionalidade das ações.
- c) Primazia dos princípios democráticos sobre a condução e o destino dos governos.
- d) Neutralidade nacional que impede a concessão de asilo político.
- e) Supremacia dos tratados internacionais sobre a Constituição brasileira.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

1. (FGV – 2024) Ao estudar o princípio da supremacia do interesse público, à luz do direito administrativo moderno, Cristiane concluiu corretamente que:

- a) o interesse público primário confunde-se com o interesse público secundário, não sendo possível distingui-los;
- b) a supremacia do interesse público é um princípio expressamente consagrado na Constituição da República de 1988;
- c) o interesse público secundário deve prevalecer sobre o interesse privado, ainda que importe em indevida restrição a direitos fundamentais;
- d) o interesse público e o interesse privado são dicotômicos, sendo inviável alcançar a materialização daquele mediante a garantia dos direitos fundamentais;
- e) o interesse público primário deve ser considerado o objetivo finalístico da Administração, notadamente para fins de ponderação com direitos fundamentais.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

2. (FGV – 2026) Certo órgão público competente, mediante a devida análise e providências, adotou medidas administrativas para suprimir formalidades de certo processo administrativo voltado para o deferimento de ato vinculado, com vistas a otimizar as suas atividades, conferindo maior agilidade e melhor atendimento à coletividade, medidas que foram adotadas dentro dos parâmetros legais, sem adicional de custos.

Analisando a mencionada situação hipotética à luz dos princípios administrativos correlatos, assinale a afirmativa correta.

- a) A situação aventada implementa o princípio da eficiência, considerando que melhora o rendimento funcional em prol do interesse público.
- b) A hipótese narrada viola o princípio da impessoalidade, que exige a imposição de burocracias, a fim de resguardar o interesse público.
- c) O caso descrito afronta o princípio da legalidade, na medida em que a Administração somente pode atuar mediante a edição de lei específica para tal finalidade.
- d) As circunstâncias delimitadas indicam a concretização do princípio da supremacia do interesse público, expresso na Constituição da República.
- e) O cenário detalhado implica em violação ao princípio da publicidade, que é ínsito à morosidade da atividade administrativa.

3. (FGV – 2026) Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio da supremacia do interesse público é absoluto, de modo que deverá sempre prevalecer na ponderação com outros princípios.
- b) Os atos editados em consonância com o princípio da legalidade serão necessariamente válidos, pois, indubitavelmente, obedecerão também ao princípio da moralidade.
- c) A divulgação de obras públicas vinculadas ao nome e imagem do gestor por elas responsável, a fim de promovê-lo, não pode ser considerada violação ao princípio da impessoalidade.
- d) O controle judicial de sanção aplicada pela Administração Pública no exercício do poder disciplinar, não pode incurtir no mérito administrativo, ressalvando-se a hipótese de manifesta desproporcionalidade da penalidade, de modo a viabilizar o controle com base no princípio correlato.
- e) A negativa de divulgação de certo ato pela Administração Pública, sob o exclusivo fundamento de que tal divulgação poderia comprometer a sua imagem institucional, não viola o princípio da publicidade.

4. (FGV – 2026) Uma Assembleia Legislativa abriu processo seletivo interno para promover servidores a cargos de chefia. Para evitar favorecimentos pessoais, a comissão responsável decidiu aplicar critérios objetivos como tempo de experiência, avaliações de desempenho e certificações profissionais, impedindo qualquer distinção baseada em vínculos pessoais ou preferências subjetivas.

Nessa situação, o princípio constitucional que orienta a prática adotada é o da

- a) legalidade.
- b) moralidade.
- c) publicidade.
- d) impessoalidade.
- e) eficiência.

5. (FGV – 2025) Avalie se os princípios da Administração Pública incluem:

- I. a legalidade;
- II. a moralidade;
- III. a livre concorrência;
- IV. a publicidade.

São de fato princípios da Administração Pública os itens

- a) I e II, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - PATRIMONIALISMO NO BRASIL

1. (FGV – 2024) A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi.

Adaptado de FAORO, Raymundo. Os donos do poder. São Paulo: Globo, 2012

A obra citada apresenta uma descrição aprofundada do patrimonialismo brasileiro.

As opções a seguir apresentam corretamente características dessa estrutura, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) O capitalismo politicamente orientado caracteriza-se pela primazia da burocracia estatal na direção da economia, subvertendo o princípio da autorregulação do mercado.
- b) A flexibilidade da configuração política, capaz de assimilar e se reconfigurar diante de mudanças sociais e econômicas, mantendo inalterada a estrutura de poder.
- c) O domínio dos estamentos burocráticos, com aparelhamento da máquina pública para garantir a condução e a influência sobre todas as dimensões sociais, econômicas e políticas.
- d) A coexistência de uma fachada constitucional com um regime autoritário, sublinhando a habilidade de manter o monopólio do poder dissimulando sob o véu da legalidade.
- e) A persistência de características do feudalismo, como a de uma elite dominante territorialmente enraizada e intimamente ligada ao poder estatal na figura do governante.

→ A REFORMA BUROCRÁTICA NO BRASIL

2. (FGV – 2024) Modelos de administração pública compreendem um conjunto de teorias, características, normas, padrões, finalidades e práticas próprias, que identificam/definem o tipo de administração de determinada época/período. Os modelos passados demonstram organização, estrutura e “modus operandi” que já existiram – e o modelo atua serve de referência

para a administração pública contemporânea, ao mesmo tempo que indica perspectivas e tendências para o futuro.

(PALUDO, Augustinho. Administração Pública. São Paulo: Editora Jvsodium, 2024. p. 119.)

Quanto aos modelos de administração pública avalie as afirmativas a seguir:

- I. Embora haja predominância de determinado modelo no curso histórico da Administração Pública, os três modelos coexistem.
- II. O modelo burocrático não foi plenamente implementado no Brasil.
- III. Exemplo de manutenção do modelo patrimonialista é o corporativismo, que se torna evidente nos momentos de ameaça aos setores dominantes.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

3. (FGV – 2024) Sobre a reforma administrativa ocorrida na década de 1930, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), assinale a afirmativa correta.

- a) Pautou-se na transferência das atividades do governo central para as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, buscando promover a racionalidade administrativa e orçamentária.
- b) Promoveu mudanças com o intuito de assegurar maior eficiência administrativa, baseando as modificações em três eixos principais: Administração Pública, Administração de Pessoal e Administração de Materiais.
- c) Conferiu maior poder aos governadores locais, resultando em um novo paradigma na relação entre sociedade e Estado, fundamentado em princípios patrimonialistas e fisiologistas.
- d) Ficou marcada pela obrigatoriedade do Regime Jurídico Único para os servidores dos entes federativos, instituindo uma distinção entre as atividades do núcleo estratégico e os de execução no âmbito federal.
- e) Trouxe elementos da gestão por resultados, estabelecendo autonomia decisória de orientação top-down e controle a posteriori para a estrutura administrativa.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)